



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ÉTICA: UM OLHAR FILOSÓFICO ACERCA DA EQUIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR¹

Ana Maria Pereira do Nascimento², Vânia Lisa Fischer Cossetin³

¹ Resumo Expandido produzido no decorrer da Disciplina- Ética e Formação.

² Acadêmica no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação nas Ciências ((Bolsa TAXA/CAPES), doutorado, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- Unijuí -, Câmpus de Ijuí-RS. Professora da rede Estadual e Municipal da cidade de Rondonópolis MT: Lattes: ID: <http://Lattes.cnpq.br/4710989919795123> E-mail: analeo665@gmail.com

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ. Lattes: 6579568245153815. E-mail vania.cossetin@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

A inclusão na educação tem sido tema de debates e estudos, dado ao desafio ético e político que representa, cobrando da sociedade e da escola, o comprometimento para acolher e a valorizar a diversidade, a criação de ambientes pedagógicos mais equitativos, mais justos. A educação inclusiva é uma obrigação legal e tem viés político, por basear-se no reconhecimento da dignidade humana e no respeito às diferenças que formam a sociedade, tornando a escola um espaço de ensino e aprendizagem, de formação ética e de convivência social. Pereira (2017, p. 83) argumenta que, “Somos diferentes e seremos diferentes a cada momento e, certamente, o progresso em todos os sentidos está em nossa porta e, com ele, formas cada vez mais inclusivas”. Nessa perspectiva, este trabalho realiza uma análise filosófica da relação entre ética e educação inclusiva, com foco na equidade como princípio das práticas escolares para todos/as, trazendo a visão sobre ética como base da vida em sociedade, da necessidade de novos olhares para a inclusão, que extrapole o mero cumprimento de regras ou normas de conduta. Pereira (2017, p. 95) assevera que

O movimento da inclusão se constitui a partir dos meados do século XX e considera o deficiente como cidadão, reconhecendo o paradigma da inclusão. Mas somos sabedores de que a trajetória das pessoas com deficiência é marcada por sentimentos e práticas preconceituosas, desrespeitosas, discriminatórias, pela negação de direitos e pela adoção de mecanismos excludentes, sobretudo da educação. Reescrever esta história e escrever outra depende de todos nós aprendermos a conviver com a diversidade, respeitando a riqueza da diferença humana. E esta nova visão representa um desafio, pressupõe uma verdadeira e efetiva reorganização de todo o sistema social e envolve, sobretudo, um compromisso coletivo: governantes, dirigentes, educadores das escolas comuns e especiais, famílias, alunos e toda a sociedade em geral.



Segundo Pereira (2017), para Kant a ética se alicerça na razão, na liberdade e na capacidade individual de decidir o que é certo, sendo que, cada pessoa deve pautar as suas ações pelo senso de obrigação, seguindo normas e regras que se aplicam a todos.

O principal questionamento é: De que forma a ética, pode estruturar e fortalecer práticas de equidade na educação inclusiva? A relevância social desse estudo está na necessidade de repensar a escola como um lugar onde todos/as se sintam parte e participem ativamente da vida escolar, devendo a equidade ser vista como parte das relações pedagógicas e da escola. A relevância decorre do diálogo entre a ética filosófica e a educação, que contribui no aprofundamento de teoria das práticas inclusivas, no apoio à formação de professores/as e no debate sobre políticas públicas de educação inclusiva com bases ético-filosóficas bem consolidadas. O principal objetivo deste texto é analisar como a ética, enquanto base filosófica da convivência humana, pode contribuir no fortalecimento de práticas educacionais inclusivas. Para tanto, busca-se discutir as bases filosóficas da ética e sua ligação com a vida em sociedade e a justiça; refletir sobre os desafios e as possibilidades de equidade na escola como uma consequência ética da inclusão na educação.

METODOLOGIA

Este estudo é qualitativo, fundamentada nos textos Oliveira (2017), que explora a ética e a sociabilidade; Pereira (2017), que discute os aspectos históricos da trajetória da pessoa com deficiência na sociedade; Cossetin (2021, 2022), que discute a ética sob a perspectiva teórica, analisando as diferenças entre moral e ética com base da filosofia moderna. Essa base auxilia na análise da inclusão escolar, por estabelecer um diálogo com autores da filosofia da educação, da ética e das políticas públicas educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na ótica de Oliveira (1993) a ética se manifesta a partir da natureza humana enquanto seres relacionais; viver em grupo cria naturalmente a necessidade de regras que promovam o bem-estar coletivo, e, é dessa necessidade que emerge a base da moralidade. Cossetin (2021) apresenta a etimologia dos termos ética (ethos – grego) e moral (moralis – latim), demonstrando que ambas derivam de distintos idiomas, porém compartilham origem e sentido semelhantes, e referem-se ao hábito daquilo que é praticado e visto como apropriado a determinada sociedade;



são os hábitos socialmente aceitos, como as normas e valores coletivos. Isso corrobora a importância de valores comuns que direcionem a conduta coletiva. Nesse sentido, a inclusão nas escolas supera a norma jurídica ou de ensino, por reconhecer o próximo como um sujeito essencial na caminhada educacional, tornando a equidade a manifestação prática da ética quando inserida no contexto do ambiente escolar.

Segundo Pereira (2017), é preciso conhecer o histórico da inclusão escolar para se projetar as transformações necessárias sobre as concepções que se têm de pessoas com deficiência. Se familiarizar com as ideias inclusivas já praticadas, aquelas que obtiveram ou não êxito, pode contribuir na reformulação de ações de acolhimentos, de métodos de ensino e atenção à diversidade para criar uma escola mais receptiva e integrativa, que reconheça o direito de todos ao aprendizado. Todo e qualquer ambiente é socialmente moldado, por isso, a escola reproduz desigualdades e contradições encontradas na sociedade. Nesses casos, a ética deve operar como um ato de zelar e se responsabilizar coletivamente pelo próximo, o que carece de reavaliação do currículo e da gestão escolar, das metodologias de ensino e das relações entre as pessoas no âmbito da educação. Como ressalta Cossetin (2022, p. 347)

Do ponto de vista moral, não basta reconhecermos os princípios, é preciso que elaborem e internalizemos normas que lhes sejam correspondentes, cientes de que o seu cumprimento é o melhor a ser feito, justamente porque não estão referidas a um sujeito em particular, mas à humanidade inteira.

Oliveira (1993) afirma o caráter histórico da ética, evidenciando como os valores são construídos pelas sociedades ao longo do tempo, o que nos permite refletir sobre a importância de uma educação atenta ao contexto histórico e cultural de seus alunos, abraçando suas diferenças e validando suas identidades, configurando a inclusão como uma ação de justiça. Cossetin (2022) afirma que enquanto a moralidade busca preservar a organização da sociedade, com base nas crenças culturais comuns, a ética é mais questionadora, abrindo espaço para uma análise mais crítica das práticas excludentes.

Ao vincular a distribuição de recursos ao reconhecimento da diversidade como elementos indissociáveis na justiça /igualdade escolar, Fraser (2002) indica o avanço nos estudos sobre ética e inclusão ao analisar a justiça social em dois aspectos: redistribuição de recursos econômicos e o reconhecimento da diversidade cultural. Ambas podem contribuir com a revisão dos princípios éticos da inclusão nas escolas. Ao abordar a inclusão deve-se garantir o acesso a recursos e oportunidades (distribuição), além da diversidade, do valor do respeito a



cada estudante no ambiente escolar (reconhecimento). De tal modo, a inclusão pode ser vista como uma atitude moral, que supera a separação entre os diversos movimentos sociais, combinando a igualdade de condições com a valorização das individualidades, aprofundando assim, a compreensão e o debate sobre o ensino inclusivo.

Para Cossetin (2021) a ética na educação é parte inseparável do projeto de humanidade que se pretende desenvolver coletivamente, pois, as pessoas se orientam moralmente, indicando o que é certo, errado, justo ou injusto. Assim, a ética torna-se um desafio para escola, por nela conviverem sujeitos com valores diferentes que requerem mediação para fins de chegarem a algum consenso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ética no que diz respeito à inclusão educação requer que se observe com cuidado como o sistema – a sociedade como um todo - fomenta a exclusão. A igualdade no ambiente escolar demanda ações e práticas éticas cotidianas, baseadas no respeito à particularidade de cada estudante. Todos/as na escola devem ser educados/as para lidarem com a diversidade, respeitando o próximo e praticando a justiça, o que envolve compromisso ético.

de gestores/as, professores/as e estudantes. O comprometimento com a equidade na educação supera a adaptação de metodologias, pois demanda mudança ética na forma como cada um vê o próximo, além do papel da escola na comunidade. Nessa perspectiva, a filosofia, ao discutir as bases da ética e da coexistência, mostra a possibilidade de imaginar a educação inclusiva como um esforço conjunto, capaz de edificar uma sociedade mais justa e fraterna, o que significa a educação cumprir este direito inalienável de inclusão.

Palavras-chave: Ética. Inclusão. Educação. Olhar filosófico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARLOT, Bernard. A questão antropológica na Educação quando o tempo da barbárie está de volta. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, jan./fev. 2019. Curitiba, Brasil. p. 161-180.
- COSSETIN, Vânia Lisa Fischer. Para começar a falar sobre ética. **Filosofia e Educação**. Campinas, SP, v. 14, n.1, jan./abr. 2022, p. 339-361.
- COSSETIN, Vânia Lisa Fischer. Da assepsia moral na educação. *In: Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 35, n. 74, mai./ago. 2021. p. 1-30.



FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma abordagem integrada da justiça. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2002. p. 7-20. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e sociabilidade. São Paulo: Loyola, 1993. Coleção Filosofia. In: FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; COSSETIN, Vânia Fischer. **Ética e formação**. 2017. p. 27-40.

PEREIRA, Márcio. A história da pessoa com deficiência. **Ciências Gerenciais em Foco**, v. 8, n. 5. UEMG: 2017. p. 82-96.